

SEMINÁRIO DE PESQUISA 4- HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Coordenador: Rodrigo Medina Zagni (Docente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo).

E-mail: rodrigo.medina.unifesp@gmail.com

Resumo: O desenvolvimento histórico latino-americano envolve, dentre vários elementos, a partilha de destinos entre muitas de suas sociedades: o colonialismo europeu (na forma da dominação ibérica, desdobrando-se os modelos lusófono e espanhol); os processos emancipacionistas (as lutas independentistas no caso das repúblicas hispano-americanas e das reformas institucionais acordadas no caso primordialmente brasileiro); o caudilhismo e o coronelismo; a penetração do capital estrangeiro e o assédio primeiro europeu, depois norte-americano; os deslocamentos populacionais e o denso fluxo migratório europeu que aportou em várias de suas sociedades; os golpes e os regimes militares; a luta armada na resistência contra as ditaduras de segurança nacional; o subdesenvolvimento e a dependência; a redemocratização e a abertura política; os experimentos neoliberais acordados no Consenso de Washington e o desmonte do Estado de bem-estar social no subcontinente. O desenvolvimento das relações internacionais na América Latina, desde uma perspectiva político-econômica, envolve o deslocamento estrutural de um paradigma desenvolvimentista para um campo de profícua montagem de experimentos neoliberais, desde meados dos anos 1980, consolidando-se nos anos 1990 como corpo doutrinário político e econômico, estendendo-se já sobre praticamente todo o subcontinente. A importância crescente que vem tendo a região entre acadêmicos, políticos e tomadores de decisão, se deve ao peso que tem a América Latina nas políticas de poder elaboradas no ambiente nuclear do sistema-mundial e nos termos da corrida concorrencial capitalista, ainda que protagonizada em parte por atores não-estatais, como empresas transnacionais, envolve em primazia a articulação complexa de potências como Estados Unidos, União Europeia e China, diretamente interessados na região. A inserção latino-americana nas relações internacionais contemporâneas envolve níveis distintos de interação, desde as zonas de contato da diplomacia; dos interesses econômicos, das economias nacionais às megacorporações; das trocas culturais; do intercâmbio acadêmico; da cooperação técnico-científica; das políticas de segurança regional e dos interesses que se movem a partir da sua consecução no combate ao narcotráfico, por exemplo. Seus vetores são

elementos constitutivos de sua realidade, desde sua condição geopolítica aos recursos humanos e materiais que concentra, dentre os quais recursos energéticos e hídricos, cidades densamente povoadas e complexamente urbanizadas, além de robustos mercados consumidores. Com este escopo, propomos o estudo da evolução das relações internacionais na região desde a conclusão de seu ciclo de independências, no séc. XIX, até o tempo presente, quando se assiste a uma nova mudança no pêndulo político, apontando para uma nova direita identificada declaradamente com a agenda neoliberal. Nossa busca é por identificar as origens e a evolução das tendências históricas que marcam o desenvolvimento das relações internacionais latino-americanas, reunindo pesquisadores provenientes de distintas áreas do saber, como: História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, Direito, Relações Internacionais etc., cuja produção trate de temas relacionados às Relações Internacionais na América Latina.

Subtemáticas: ciclo de independências; a inserção da América Latina no sistema mundial; deslocamentos populacionais, fluxos migratórios e diáspora; ditaduras militares e resistência; subdesenvolvimento e dependência; o Estado nacional-desenvolvimentista; neoliberalismo e desmonte do Estado de bem-estar social; segurança regional; inserção geopolítica; recursos energéticos e hídricos; movimentos sociais.

Sessão 1

Integração e Segurança nas Américas: um olhar macro regional da História das Relações Internacionais no continente

Jacques de Novion

Professor do Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC) Instituto de Ciências Sociais (ICS)

Universidade de Brasília (UnB)

jacques.novion@gmail.com; jacquesnovion@unb.br

Resumo: Esta comunicação se propõe a apresentar o resultado das pesquisas realizadas na última década. Uma observação de longa duração, interdisciplinar e comparativa sobre a História das Relações Internacionais da América Latina e o Caribe. Em diálogo com a História, as Relações Internacionais, a Geografia e os Estudos Latino-americanos, problematiza-se e questiona-se a forma como construímos conhecimento sobre nós mesmos. Promove-se uma

análise em âmbito macro regional, conectada às particularidades espaciais e temporais de cada localidade. O leitor encontrará subsídios para uma interpretação da historicidade das Américas, desde as independências (de final do século XVIII a meados do século XIX), ao Binômio de Integração Econômica – Doutrinas de Segurança (de final do século XIX à atualidade). Dois distintos momentos com particularidades próprias, onde nesta comunicação opta-se por uma maior atenção ao segundo momento e ao desenvolvimento do binômio. Para isso, debate-se as particularidades das cinco expressões do binômio, que revelam a singularidade da consolidação hegemônica dos EUA, e das suas relações com o continente desde a Doutrina Monroe à Full Spectrum Dominance - esta, inclusive, uma evidencia da nova geopolítica latino-americana em princípios do século XXI.

Palavras-chave: Hegemonia, Integração, Segurança

A emergência de cooperação dos serviços de inteligência da América do Sul em contexto de re-emergência da espionagem nas relações internacionais pós-Snowden

Alexandre de Oliveira Martins
Doutorando pelo PROLAM – USP
alexandremartins@usp.br

Resumo: Dois eventos são fundamentais à compreensão deste trabalho: 1º) a criação da UNASUL e seus seguidos avanços, especialmente a formalização do Conselho de Defesa Sul-Americano, no final de 2008; 2º) as revelações de Edward Snowden no jornal britânico The Guardian sobre o monitoramento de comunicações e informações feito pelo Prism – programa de vigilância eletrônica altamente secreto mantido pela Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos, desde 2007. O primeiro evento indicia a convergência dos países da parte Sul da América em um cenário que parece se encaminhar cada vez mais para a multipolaridade; o segundo sugere a reemergência da espionagem na agenda das relações internacionais. Nesse contexto, as denúncias de Snowden ao mesmo tempo em que expuseram a eficiência imoral da integração dos serviços de inteligência dos ‘cinco olhos’, liderada pelos EUA, evidenciaram também a fragilidade tanto tecnológica quanto prática da Contrainteligência dos países vigiados, especialmente os latino-americanos. Nessa conjuntura, deve ser estudada a possibilidade de cooperação entre os serviços de inteligência dos 12 países componentes da UNASUL para fazer frente ao desafio imposto pela reinserção da espionagem na agenda

internacional. Este trabalho visa a descrever sucintamente o histórico de inteligência em cada um dos 12 países da UNASUL, o nível atual de cooperação entre eles, os desafios e as perspectivas para uma cooperação real. Valendo-se de categorias de análise dos Estudos de Segurança Internacional, propostas por Barry Buzan e Lene Hansen, e do conceito de Complexo Regional de Segurança, da Escola de Copenhague, a pesquisa enseja demonstrar a correlação entre a política das grandes potências, os eventos, a tecnologia, a espionagem e a emergência de cooperação da inteligência da América do Sul.

Palavras-chave: Atividade de Inteligência, América do Sul, cooperação.

Apontamentos sobre Estratégia e a Fronteira na Formação dos Estados do Prata

Daniel Rei Coronato

Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas
(UNESP, UNICAMP, PUCSP) pesquisador do Núcleo de Análises Internacionais-NEAI
(IPRRI/UNESP)

Daniel_coronato@hotmail.com

Resumo: O artigo tem como proposta gerar apontamentos sobre a dimensão estratégica da fronteira no processo de formação dos estados platinos. A proposta pretende perpassar pelas dinâmicas de formação e estabelecimento de um complexo sistema de interações transfronteiriças que condicionaram os diversos atores sociais da região, em especial na dimensão militar e guerreira, definindo um modelo singular de organização.

Grupos Armados e Violência Urbana em Caracas: Novas Guerras e Narcotráfico Transnacional

Pedro dos Santos Maia

Mestrando em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio

Agência financiadora: CNPq

pedrodsmaia@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa o contexto da violência urbana em Caracas a partir da concepção de Mark Duffield de New Wars e Shadow Economy. Responderemos a seguinte pergunta: quais

as consequências do narcotráfico transnacional para o contexto doméstico da violência na Venezuela, principalmente em Caracas? Trabalhamos com a hipótese de que a convergência entre as redes de narcotráfico transnacional e as redes de exclusão e violência já existentes na cidade criam novos complexos políticos. O trabalho consiste em uma reconstrução do cenário social e político da violência venezuelana desde meados do século XX, uma análise da atual configuração e das medidas implementadas pelo governo bolivariano quanto ao tema. Além disso, mostraremos como o tema se insere na área das Relações Internacionais.

Palavras-Chave: Narcotráfico – Venezuela – América Latina

O estado de exceção permanente e ilícitos transnacionais no México: Felipe Calderón e a guerra contra as organizações de tráfico de drogas (2006-2012)

Leandro Fernandes Sampaio Santos

Mestre em Relações Internacionais (PPG San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP, PUC-SP)

Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

Leandrof.sampaio@yahoo.com.br

Resumo: O México está atualmente envolvido em uma onda de violência relacionada à guerra prolongada contra as drogas. Com a eleição de Felipe Calderón (2006-2012), o Estado mexicano lançou uma campanha de combate às organizações de tráfico de drogas (OTDs) mobilizando todos os seus aparatos coercitivos de forma impetuosa agravando ainda mais a violência no país. Com efeito, esta resposta energética do governo Calderón provocou uma dispersão e fragmentação das OTDs. Para continuarem existindo e expandirem os seus mercados ilícitos transnacionais, as OTDs aprofundaram as disputas bélicas umas contra as outras e contra o Estado mexicano colocando em questão as suas instituições políticas e de segurança. Para compreender esta problemática, o presente trabalho tem três objetivos: 1) analisar, a partir do aporte teórico de Giorgio Agamben, o estado de exceção permanente da guerra às drogas no México instituído pelo governo Calderón; 2) examinar as atividades das OTDs sob o estado de exceção permanente; 3) averiguar a difusão e fragmentação desta expressão de crime organizado nos níveis nacionais e transnacionais na história recente do México no período do governo Calderón (2006-2012).

Palavras-chave: Organizações de Tráfico de Drogas; Guerra às Drogas; Estado de Exceção Permanente.

América Latina: uma região pacífica do globo?

Patrícia Lima Felix

Mestranda em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Relações Internacionais, Direito e Poder:

Cenários e Protagonismos dos Atores Estatais e Não Estatais, liderado pela Professora Dra.

Odete Maria de Oliveira.

patricialima.advo@gmail.com.

Resumo: O artigo tem o objetivo de estudar o fenômeno do terrorismo na América Latina. As evidências da atuação das organizações terroristas trazem ao mundo acadêmico a relevância dos estudos desse assunto. Importante salientar que dentro desta temática, as organizações terroristas não tem definição estabelecida acerca do que representam, o que se tem são evidências de sua existência, por meio de atentados registrados. Objetiva-se também análise de políticas de combate ao terrorismo nas legislações regionais. Nota-se tamanha influência da rede nas atuais relações de interação entre indivíduos e o meio em que vivem, seus recursos lhe oferecem cada vez mais possibilidades de ação. Neste sentido, o artigo será realizado por meio de pesquisa bibliográfica, análise de documentos e legislações pertinentes. Assim, o problema de pesquisa se pauta na análise da atuação das organizações terroristas na América Latina, onde se busca responder se a América Latina pode ser considerada uma região pacífica do globo e se as políticas de segurança pertinentes a estas situações são suficientes para o combate ao terror.

Palavras-chave: Organizações Terroristas; Sociedade em Rede; América Latina.

Sessão 2

Processos históricos de redirecionamento na política externa latino-americana

Italo Beltrão Sposito

Prof. Dr. em Relações Internacionais – Universidade Federal do Tocantins/Porto Nacional

italo@uft.edu.br

Resumo: Neste trabalho, visamos identificar e observar as conjunturas históricas que levaram Estados latino-americanos a redirecionarem suas políticas externas (RPE). Por redirecionamento tomamos os casos mais extremos de alteração nas diretivas internacionais de um Estado. Visando analisar historicamente estes processos, selecionamos os casos de RPE dos Estados latino-americanos entre 1945 e 2008, com base no estabelecimento de um limiar numérico: sempre que os pontos ideais de determinado Estado latino-americano na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) tiveram variação, de uma sessão anual à seguinte, superior a quatro desvios padrão, foi considerado que houve RPE. Utilizando este critério, selecionamos de maneira objetiva processos de RPE para fins de comparação. Após a seleção destes casos e análise histórica dos processos de RPE, identificamos padrões comuns e agrupamos os casos segundo as condições conjunturais comuns que apresentaram nestes processos. Utilizando-se destas características e grupos, desenvolvemos tipologias explicativas, que serviram de moldura teórica para definir as combinações de condições que foram responsáveis conjuntamente pelo resultado e para identificar os mecanismos causais que operaram nestes processos. Identificamos que a alta polarização política sucedida de mudança de regime, que crises políticas domésticas com envolvimento de atores internacionais, que processos de isolamento internacional com imposição de sanções econômicas internacionais e que períodos de crise econômica com questionamento do modelo econômico vigente por parte dos atores políticos podem, combinados, levar à ocorrência de RPE.

Palavras-chave: Redirecionamento, política externa, Assembleia Geral das Nações Unidas, tipologias explicativas, América Latina.

**História das Relações Internacionais desde a América Latina: a contribuição de Anibal Quijano
para o estudo da História das Relações Internacionais**

Natali Laise Zamboni Hoff

**Pós-Graduanda da Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas
pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).**

Natali.hoff@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo elucidar como as concepções pós-coloniais presentes na obra do autor Anibal Quijano são essenciais para o estudo da disciplina de História das Relações Internacionais desde uma perspectiva latino-americana. Considerando que a disciplina de História das Relações Internacionais é constituída majoritariamente por preceitos e perspectivas eurocêntricas, é importante que contribuições como as encontradas no Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos sejam incluídas no arcabouço de análise da disciplina, possibilitando a inclusão de narrativas periféricas sobre os processos históricos e sociais de conformação do Sistema-Mundo. Para este trabalho a problemática contida nos postulados de Anibal Quijano sobre Colonialidade/Modernidade é de suma importância, já que a mesma possibilita a compreensão dos fenômenos históricos nas relações internacionais através do olhar “não europeu”. O artigo buscará entender como o processo de colonização do continente Latino-Americano e a violência ideológica que se estendeu durante todo esse período, e continuou a ser reproduzida mesmo após a falência do sistema colonial, foram fundamentais para a consolidação da modernidade europeia. Ressaltando que os estudos subalternos nos permitem um estudo da história desde perspectivas não hierárquicas, alargando e descentralizando as visões sobre as histórias das relações internacionais. Para isso esse trabalho se constituirá através da análise dos principais conceitos de Anibal Quijano a respeito do colonialismo, da colonialidade e da modernidade e como esses postulados podem ser utilizados para que haja um maior aprofundamento dos processos históricos, econômicos e sociais de formação não só do continente latino-americano, como do mundo moderno.

Palavras-Chave: Colonialidade, Modernidade, Relações Internacionais.

Estado Westfaliano vs Estado-Nação

Pedro Henrique Chinaglia

Graduando do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Gestão e Negócios da
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Waleska Cariola Viana

Mestre em Direitos Humanos Fundamentais pelo Centro Universitário da Fundação de Ensino
para Osasco (UNIFIEO). Professora de Direito Internacional Público do Curso de Relações
Internacionais da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba
(UNIMEP)

Resumo: O presente estudo tem como objetivo expor a diferença entre o Estado Westfaliano e o Estado-Nação, principalmente após a sua criação e legitimação com o fim da Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Westfália, em 1648, com o intuito de se assegurar como Estado soberano dentro de suas limitações territoriais. No século XVIII, com as mudanças e transformações no Sistema Internacional há uma ruptura do Estado Westfaliano que, por conseguinte, levou a criação do Estado-Nação, entretanto as normas e princípios deste novo Estado viriam a se alterar. O tema se justifica vez que a teoria e a história são sempre relevantes para entender o presente, inclusive, os reflexos sobre a América Latina, à época colônias desses Estados europeus que participaram dos tratados de Westfália. O estudo se baseou em pesquisa bibliográfica, mais especificamente em livros e artigos, que permitiram expor as diferenças entre os dois Estados, assim como analisar o Estado que se faz presente na contemporaneidade. Assim, por meio da análise da transição do Estado para o Estado-Nação é possível explicar que a afirmação da soberania estatal não está mais legitimada pela territorialidade, uma vez que tanto as fronteiras nacionais quanto os próprios Estados têm uma participação cada vez mais reduzida nas Relações Internacionais com a ascensão de novos atores e de novas Nações no cenário internacional.

Palavras-Chave: Relações Internacionais. Guerra dos trinta anos. Paz de Westfália. Estado. Estado-Nação.

A revisão do Tratado de Paz e Amizade de 1904: uma análise das relações diplomáticas entre Bolívia e Chile após a Guerra do Pacífico

Eder Ludovico de Matos

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Universidade Estadual Paulista
ederludovico@marilia.unesp.br

Resumo: Este trabalho propõe analisar o Tratado de Paz e Amizade de 1904 assinado entre Bolívia, Chile e Peru, que marcou o fim da Guerra do Pacífico e reconheceu o domínio dos territórios ocupados pelo Chile durante o conflito, e as sucessivas tentativas bolivianas de revisão do documento como forma de solucionar sua demanda marítima. Justificase a pesquisa devido a grande relevância do tema para o contexto político sulamericano, posto que a Guerra do Pacífico e a conseqüente privação do acesso soberano ao Oceano Pacífico é um fato marcante para a história da Bolívia, que recorrentemente relaciona seu precário desenvolvimento econômico á sua condição mediterrânea. Envolve também grande parte dos países do continente, seja diretamente relacionados ao conflito ou indiretamente, em razão da dependência boliviana de portos conveniados nos países adjacentes. Pretendese pesquisar especialmente o período entre 1964 a 1978, que marcou o fim das relações diplomáticas entre Bolívia e Chile e, posteriormente, a retomada das negociações com os presidentes Hugo Banzer e Augusto Pinochet para encontrar uma saída diplomática ao litígio. O trabalho tem como objetivo apresentar, a partir da ótica das Relações Internacionais, os principais pontos do Tratado de 1904 e o contexto político que contribuiu para o rompimento das relações diplomáticas entre Bolívia e Chile em 1964; as negociações de 1975 para que o Chile cedesse uma faixa do território para atender a demanda boliviana; a proposta do presidente peruano Francisco Morales Bermúdez para que Bolívia, Chile e Peru compartilhassem a administração do porto de Arica e o fracasso das negociações em 1978. Para tanto, serão consultados documentos oficiais sobre o assunto os tratados, notas diplomáticas, convenções e resoluções de Organizações Internacionais, e a bibliografia especializada em história da América Latina e das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Guerra do Pacífico. Tratados Internacionais. Tratado de Paz e Amizade. Diplomacia.

Ilhas Malvinas: análise de segurança e defesa no Atlântico Sul

Rogério do Nascimento Carvalho

Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil

Mestrando e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos-PPGEM

rogertheone@gmail.com

Resumo: O Atlântico Sul nunca esteve tão evidência quanto nos últimos 30 anos. Após a Guerra das Malvinas (1982) e o fim da Guerra Fria novos contornos assumem no campo de segurança e defesa. E nesta nova ordem mundial em que as Ilhas Malvinas, território ultramarino do Reino Unido e questionado pela Argentina, principalmente após a descoberta das reservas petrolíferas e de gás, que podem potencializar as duas nações e suas relações mercantis e navais. Ressalte-se que o arquipélago proporciona projeção de poder sobre terra no continente antártico, bem como garante rotas marítimas ao Reino Unido, visto que à época da invasão a Royal Navy constituía a potência naval e as Ilhas Malvinas são um ponto estratégico entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, através da "Passagem de Drake". Esse contexto internacional provoca implicações na América do Sul, e, nos últimos anos, a Argentina, apoiada pelos vizinhos sul-americanos, busca junto a organismos internacionais a abertura de negociações para dirimir esta questão, bem como preservar as riquezas que julga ser de sua propriedade, invocando o espírito de unidade. Historicamente, o conflito está calcado sob dois pilares que, em conjunto, dão a dimensão dos ditames aqui a ser exarados: o posicionamento estratégico e geográfico das Ilhas Malvinas aliado a descoberta de novas riquezas econômicas (petróleo e gás) que formam o arcabouço para identificar e responder aos problemas sob a premissa da segurança e defesa na região. Sob o escopo de uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, quantitativa busca mostrar dentro do escopo da defesa e segurança regional, da inserção geopolítica e dos recursos minerais, refletindo a recente decisão da Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (CLPCONU), que ao ratificar o anseio de ampliação do mar argentino, aprofunda a presente discussão.

Palavras-chave: Ilhas Malvinas – América Latina – Segurança e Defesa

A Relação Brasileira no Golpe Chileno, de 1973, nas tramas de uma Guerra Fria Latina Americana

Victor Emanuel Barbosa Pereira

Historiador e jornalista, especialista em Educação Superior.

Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG, campus Goiânia

Resumo: A proposição a qual pretende esta pesquisa busca revisitar a Guerra Fria no cone sul do continente americano. Obsoletas indagações sob novas aparências? Parece que não. Pautada pelos novos olhares à América Latina desenha-se como propósito do trabalho a ser desenvolvido, debater de maneira conceitual sobre a participação do Brasil durante o golpe de Estado no Chile, de 1973, considerando algumas das práticas brasileiras durante esse processo, bem como posicionamento do Brasil perante o golpe e posterior instauração do governo militar no país andino. O que representa essa participação brasileira diante a política chilena sob contexto da Guerra Fria? Com efeito, tais nações passaram por experiências que se condiz a um conflito que se ordena a experiência global da Guerra Fria. Conforme nos mostra a história quase uma década antes do golpe chileno, o maior país do continente sul-americano, passou por um processo político semelhante, mas não idêntico. Isso porque as relações das forças internas de cada país, passariam a ditar a constituição dos devidos regimes autoritários dos países. No entanto, torna-se objeto dessa pesquisa o estudo sob os casos externos, as relações internacionais, rompedora da tradicional diplomacia e, portanto, caracterizando a relação - Brasil e Chile como decerto um conflito de Guerra Fria de padrões periféricos. Em outras palavras, os coadjuvantes tomam lugar no palco, enquanto autores principais. Assim, portanto, por definir a relação Brasil e Chile por uma Guerra Fria regional que circundou a América do Sul, firma-se, então o conceito: *inter-American Cold War* (Guerra Fria inter-americana). O Brasil analisado historicamente como uma nação que nega seu legado latino-americano tenderá a fins deste estudo ganhar contornos de um país determinante aos contornos do continente, tornando-se algoz dos interesses e movimentos esquerdistas ou comunistas que dispersou sob o continente americano após a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chaves: Golpe, Guerra Fria, Brasil e Chile.

Sessão 3

As relações entre Brasil e Argentina: ensaio de coordenação política e cooperação estratégica (1961-1964)

Paulo Sérgio Da Silva

Doutor em História.

Professor Adjunto nível IV do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia
(UFU).

paulosilva@ufu.br

Resumo: As relações entre os Estados mostram-se como um jogo constante em são lançados vários dados simultaneamente, num cenário em que a desconfiança mútua paira como um potente espectro. Contudo, essa permanência não impede que se promova a distensão nos conflitos geopolíticos e que a desconfiança ceda lugar à coordenação política e à cooperação estratégica e militar. Assim sendo, o analista de política internacional ao estudar os movimentos, as ações e os propósitos geopolíticos e estratégicos dos atores e das alianças deve discutir as condições gerais que sustentam o sistema. Nesse sentido, a comunicação discutirá a aproximação entre Brasil e Argentina realizada com o propósito de solidificar e coordenar a ação conjunta entre os dois países expressa na “Declaração de Uruguaiana”, assinada entre os Presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, em 20 de abril de 1961. No documento os chefes de Estado destacaram as dificuldades e a necessidade de superar as condições econômicas e sociais decorridas do subdesenvolvimento. Realçaram o desejo mútuo de ampliar os laços de amizade, sob o princípio da ação conjunta, voltada ao entendimento recíproco, com vista a objetivos concretos, assim como o firme desígnio de consolidarem os vínculos políticos, econômicos e culturais entre os dois países. Contudo, em pouco tempo, transformações políticas internas aqui e lá, somadas a ações dissonantes e conflitantes adotadas pelo Brasil e pela Argentina em relação à expulsão de Cuba da OEA e sobre a formação e a legitimidade do Colégio Interamericano de Defesa sepultaram definitivamente o espírito de Uruguaiana. Dessa forma o trabalho discutirá as condições, razões e circunstâncias políticas que permitiram a construção e a consolidação do espírito cooperativo expresso na Declaração de Uruguaiana, assim como as ações, os motivos e a conjuntura que inviabilizaram

os propósitos de integração fazendo com que prevalecesse, novamente, o distanciamento a rivalidade e desconfiança mútua.

Palavras-Chaves: segurança regional, coordenação política, geopolítica.

Contribuições do Visconde do Uruguai para o Processo de Integração Regional na América do Sul

Fernanda Eduardo Olea do Rio Muniz
Mestranda no PPGD/UNIFOR.
fernanda.muniz@edu.unifor.br

Antônio Walber Matias Muniz
Doutor Prolam/USP, Professor da UNIFOR.
:walber@unifor.br

Resumo: No presente trabalho faz-se uma abordagem sobre a evolução histórica da integração Sul americana a partir do século XIX, no interstício do governo de D. Pedro II até a consolidação do Mercosul no século XX. Objetiva-se identificar se a integração regional na América do Sul tem origem no processo de pacificação da Bacia do Rio da Prata por meio das estratégias adotadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, o futuro Visconde do Uruguai. Dados obtidos nos sites institucionais do Mercosul e do Ministério das Relações Exteriores, bem como documentos resultantes de conferências de política externa e política internacional realizadas em instituições oficiais brasileiras formam a base metodológica desse trabalho. Constatou-se que logo após a instauração da paz na Bacia do Rio da Prata, por força da atuação diplomática brasileira engendrada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, houve a celebração de diversos acordos bilaterais entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, fato este que a longo prazo, contribuiu para o surgimento da integração como elemento na Constituição brasileira de 1988 e a posterior formação do bloco econômico Mercosul em 1991.

Palavras-Chave: Diplomacia e Integração; Política Internacional; História da Integração.

Intelectuais latino-americanos e usos antiimperialistas da Doutrina Drago

Júlio César de Oliveira Vellozo

Mestre pelo IEB/USP. Doutorando História Social/USP

Professor Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a influência da doutrina Drago, elaborada pelo chanceler argentino Luis Maria Drago em 1902, para denunciar políticas imperialistas da Europa e também dos Estados Unidos no espaço americano. A doutrina estava relacionada ao bloqueio naval contra a Venezuela praticado pelo Reino Unido, Alemanha e Itália em 1902 em função das negativas do presidente Cipriano Castro em reconhecer e pagar a dívida externa da Venezuela. O bloqueio havia provocado uma readequação da Doutrina Monroe por parte do Presidente Theodore Roosevelt, que passou a sustentar que os Estados Unidos poderiam intervir em países latino-americanos antes que a Europa o fizesse por conta de dívidas. Desse modo, alguns intelectuais usaram a doutrina Drago, para denunciar a política pan-americanista sustentada pelos EUA e por algumas outras diplomacias nacionais. A convocação da III Conferência Panamericana no Rio de Janeiro em 1806 provocou uma radicalização dos termos do debate, o que levou o diplomata Oliveira Lima a embandeirar-se da doutrina Drago, reinterpretando-a e a sustentar que a qualquer política pan-americana deveria anteceder uma aliança entre Brasil, Argentina e Chile, que contrabalanceasse o poderio norte-americano. Oliveira Lima, por esta época, procurou aproveitar-se de sua presença na Venezuela para associar-se a outros intelectuais latino-americanos, especialmente historiadores, porque por trás da rejeição à política expansionista dos EUA também estava uma interpretação contra-hegemônica da história latino-americana. Desse processo resultaria à posteriori a formação de uma certa rede de relações entre diplomatas e historiadores latino-americanos, que incluiriam, dentre outros, o próprio Lima e o argentino Estanislao Zeballos.

Palavras-chave: História dos Intelectuais – História da América Latina – Relações Internacionais – Panamericanismo.

A relação entre o continente africano e a Cuba revolucionária: alguns apontamentos históricos, historiográficos e audiovisuais

Alexsandro de Sousa e Silva

Doutorando em História Social pela USP

alexsandrodeses@gmail.com

Resumo: A apresentação busca apresentar um breve panorama da história, historiografia e cinematografia das relações entre Cuba e os países africanos a partir da Revolução de 1959 até nossos dias. Propomos uma periodicidade que nos ajudará a compreender alguns momentos chave desses contatos. Inicialmente, partimos das lutas armadas na Ilha até a Conferência Tricontinental de 1966. Richard Gott (1999) afirma que os líderes da independência da Argélia acompanharam com interesse as ações dos revolucionários na Sierra Maestra, constituindo uma relação de reciprocidade culminou no envio de médicos cubanos para o país africano em 1962, e de armas e soldados em 1963 (Guerra das areias). As incursões de Che Guevara pelo continente africano e sua experiência falida no Congo belga (1964-1965) constituem o ponto alto desta primeira relação. Os anos entre a Tricontinental de 1966 até a chegada de tropas cubanas em Angola em 1975 constituem o segundo período, marcado pela proximidade do governo cubano em Havana com líderes da independência dos países de língua portuguesa, em especial do angolano Agostinho Neto, e de Amílcar Cabral, da Guiné Bissau. A presença cubana nos aspectos civil e militar intensificou-se nesse período, iniciada com o envio de instrutores militares até a massiva presença de soldados ao lado de combatentes de Angola para garantir a independência do país. O terceiro recorte temporal proposto engloba as presenças militar e civil cubana em Angola de 1975 a 1991 (Operação Carlota), além dos contatos com outros países, em especial Etiópia, que também contou com a ajuda em conflitos armados entre 1977 e 1988 (Guerra civil e Guerra do Ogadén). Enfim, veremos como as memórias e os estudos em torno desses anos conflitantes foram tratados desde a década de 1990, com certo destaque para os anos recentes, quando diversos documentários e filmes de ficção revisitaram o período 1959-1991.

Palavras-chave: Cuba, África, cinema.

Integração Energética e Fronteira do Brasil com o Paraguai, Bolívia e Peru

Alessandro Biazzi Couto
Mestre em Relações Internacionais IRI-PUC-RIO
Prof. CEFET-RJ;
alebiazzi@hotmail.com

Resumo: A articulação entre recursos energéticos, integração regional e espaços de fronteira (re)coloca para o estudo da Integração Regional entre os países da América Latina um tema bastante refletido nos anos setenta e oitenta, no contexto geopolítico de construção da Usina Binacional de Itaipu entre Brasil e Paraguai, além de suas consequências para a Argentina. Com a perspectiva de expansão do setor energético brasileiro, outros megaprojetos e iniciativas têm sido fomentados no âmbito da integração com a Bolívia e o Peru, tanto de grandes hidroelétricas, quanto de aproveitamento e transporte de derivados do petróleo. O objetivo desse artigo é realizar uma síntese das iniciativas relacionadas a chamada Integração Energética Regional entre o Brasil e esses países no período mais recente, buscando identificar tanto os efeitos dessas políticas para as sociedades e as políticas energéticas nacionais, como também as consequências específicas para as populações e cidades fronteiriças. Busca-se com isso (re)discutir que forças sociais e interesses constituem o campo dos chamados projetos de "Integração Energética", o entrelaçamento ou não dessas políticas com o campo próprio da "Gestão de Fronteiras" e em que medida relações assimétricas do Brasil com o Paraguai, Bolívia e Peru, levam à respostas distintas sobre os espaços de fronteira nas relações intergovernamentais e entre as sociedade civis no contexto de realização de novos projetos energéticos.

Palavras-chave: Energia; Fronteira; Integração Regional; Integração Energética

Ciência, Poder e Relações Internacionais na América Latina: Passado e Presente

Paulo Henrique Ribeiro Neto

Vinculação institucional: Mestrando em Integração da América Latina (PROLAM) – USP e
Bacharel em Relações Internacionais – UNESP – Campus Franca.

Bolsista CAPES

Resumo: Tradicionalmente, as teorias das Relações Internacionais não dão grande relevância às influências de fatores sociais e culturais para a manutenção da ordem de poder vigente no sistema internacional (em outras palavras, como cunhado por Joseph Nye, ao *soft power* das grandes potências). No entanto, diversos autores - em especial os vinculados às teorias Pós-Positivistas - têm publicado recentemente análises que rompem com essa convenção e cujo objetivo têm sido o de verificar a importância que processos educativos tiveram durante todo o período de colonização, e mesmo após o ciclo de independências, para a constituição e constante renovação das relações entre os países latino-americanos e os Estados da região identificada (por Boaventura de Sousa Santos) como o "Norte Global". Sendo assim, o objetivo deste trabalho é realizar uma antologia das pesquisas já realizadas – apresentando essa temática ainda pouca difundida no campo das Relações Internacionais – e também refletir sobre quais são os impactos que ações e influências externas no âmbito da academia e da educação universitária possivelmente têm na balança de poder e nas relações de dominação presentes no contexto atual. Para tanto, além da revisão bibliográfica, serão analisados brevemente alguns casos latino-americanos concretos tanto do passado quanto contemporâneos. Por fim, cabe ressaltar que o presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior, intitulada "Os efeitos da cooperação científica e universitária Francesa (FRANCE-AMSUD) no processo de integração regional Sul-Americano", financiada pela CAPES e orientada pela Profa. Maria Cristina Cacciamali, desenvolvida pelo autor desde o início de 2016 e que será concluída e apresentada ao PROLAM provavelmente no final de 2017. Portanto, tendo em vista que qualquer resultado apresentado nesse estágio inicial seria apriorístico, espera-se apenas que este trabalho fomente e dissemine uma discussão que se faz cada vez mais pungente e necessária para as Ciências Sociais e para as Relações Internacionais.

Palavras-chave: Ciência; Relações Internacionais; *Soft-power*; América Latina.

Desigualdade e desenvolvimento na Venezuela: uma análise histórico-contemporânea

Mônica Martins Naves

Graduanda em Relações Internacionais Universidade Federal de Uberlândia

naves.monica@gmail.com

Pedro Henrique de Moraes Cícero

Professor Doutor do Instituto de Economia Universidade Federal de Uberlândia

pedrohenrique@ie.ufu.br

Resumo: A discussão acerca do desenvolvimento econômico e social dos países latino americanos, marcada substancialmente pelas Teorias da Dependência (FALLETO,1998), (SANTOS, 2000), ganharam maior complexidade de análise após os avanços sociais obtidos em muitos países da região entre os anos 2000 e 2012. Tomando como referência o caso da Venezuela, que obteve melhorias relevantes para a sua população, indicadores como o coeficiente de Gini demonstram uma queda significativa da desigualdade no período mencionado; entretanto isso não pode ser encarado como um desenvolvimento efetivo tendo em vista que, de acordo com Medeiros (2015), a diminuição da desigualdade não é necessariamente algo positivo, uma vez que não representa o aumento da qualidade de vida geral e sim a homogeneidade da renda. Ademais, os altos índices de homicídios verificados no país, conforme divulgado no Global Study Homicide do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), representam um risco ao desenvolvimento social alcançado no país até então. Visto isso, com base na perspectiva proposta por Sen (2000), é possível notar que a renda não é determinante para indicar o desenvolvimento, pois para este autor o desenvolvimento é caracterizado pela garantia das liberdades individuais em sua plenitude. Afinal, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e previdência social são tão importantes quanto os dispositivos econômicos. Diante do que foi exposto, o presente trabalho tem por objetivo problematizar sobre as relações existentes entre os indicadores sociais e econômicos venezuelanos, do período 2000-2012. Através da observação dos avanços sociais da história recente da Venezuela, de um estudo dos aparatos teóricos relacionados ao tema do desenvolvimento na América Latina e da análise de dados disponibilizados por Organizações Internacionais e governamentais, espera-se compreender

de que forma tais elementos da história contemporânea do país refletem em seu desenvolvimento efetivo e nas relações internacionais estabelecidas com seus vizinhos.

Palavras-chave: Venezuela, Desenvolvimento, Desigualdade.